

Lucro das estatais federais aumentou 47% em 2018

Comissão da reforma da Previdência deve votar parecer em junho

O presidente da comissão especial que vai analisar o mérito da reforma da Previdência na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), disse na terça-feira (30) que espera votar o parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019) em junho no colegiado.

"Se o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia quiser votar em plenário em julho, vamos montar o cronograma para terminar os trabalhos em junho. Acontece que existem elementos nesse debate que independem de nós porque a elaboração do relatório na comissão tem que ser coordenada com a construção de maioria no plenário. Não adianta votar na comissão sem ter a garantia de maioria no plenário", afirmou o parlamentar.

Ramos reuniu-se na terça-feira com o relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), e com o vice-presidente da comissão, deputado Sílvio Costa Filho (PRB-PE), para definir um cronograma de trabalho que será apresentado aos coordenadores de bancada dos partidos que compõem o colegiado na próxima terça-feira (7), quando ocorrerá a primeira reunião ordinária da comissão.

O plano de trabalho prevê que 11 audiências públicas sejam feitas em maio ouvindo a equipe econômica e representantes de corporações e da sociedade civil. A

Enfrentando processos de reestruturação e com possibilidade de serem privatizadas, as estatais federais não dependentes do Tesouro Nacional mais do que duplicaram os lucros em 2018. Segundo relatório divulgado na terça-feira (30) pelo Ministério da Economia, os ganhos dessas empresas passaram de R\$ 28,334 bilhões em 2017 para R\$ 69,974 bilhões em 2018, alta de 147%.

Cinco conglomerados – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eletrobras e Petrobras – concentram 96% dos ativos totais e 93% do patrimônio líquido das estatais federais. Entre os grupos analisados, o maior crescimento foi verificado no Grupo Petrobras, que saiu de um lucro de R\$ 377 milhões em 2017 para lucro de R\$ 26,7 bilhões em 2018, com aumento de 6.981,7%.

No caso da Petrobras, o aumento ocorreu porque, em 2017, a companhia fechou acordo para encerrar processos judiciais movidos por investidores nos Estados Unidos. O acerto custou R\$ 11,2 bilhões e impactou o resultado da petroleira no ano retratado.

Outro destaque foi o grupo Eletrobras, que passou de prejuízo de R\$ 1,726 bilhão em 2017 para lucro de R\$ 13,348 bilhões no ano passado. Entre os cinco

grupos pesquisados, somente a Caixa Econômica teve redução no lucro, de R\$ 12,488 bilhões em 2017 para R\$ 10,355 em 2018.

Engajamento

Em relação à política de pessoal das estatais, o engajamento do quadro continua sendo o principal destaque. Em 2018, as estatais federais reduziram o efetivo em 13.434 empregados. As principais reduções ocorreram na Caixa Econômica Federal (2.728 empregados), nos Correios (2.648) e no Banco do Brasil (2.195 empregados).

Desde dezembro de 2015, as estatais federais dispensaram 57 mil empregados, com redução de 10,38% do quadro total.

A maior parte do enxugamento (44 mil) provém de programas de desligamento voluntário, que concentraram 77,79% das dispensas. Segundo o Ministério da Economia, os planos de desligamento resultaram na economia de R\$ 6,93 bilhões na folha de pagamento.

A economia nas despesas totais de pessoal, que incluem outros gastos além da folha, caiu R\$ 2,46 bilhões de 2015 a 2018, com retração de 2,56% nas empresas não dependentes do Tesouro. Ao ajustar os valores pela inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a redução foi ainda mais significativa, chegando a 14,67%. (Agência Brasil)

Registro sindical eletrônico será mais rápido e transparente, diz Moro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, lançou na terça-feira (30), em Brasília, o novo processo eletrônico de registro sindical. A concessão de novos registros estava suspensa desde julho do ano passado, depois da terceira fase da Operação Registro Espírita, que investigou fraudes de quatro anos para trás na aprovação de documentos envolvendo o registro de entidades sindicais no então Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com Moro, o procedimento – que será publicado nesta quarta-feira (1º), no Dia do Trabalhador –, vai reduzir a burocracia, trazer agilidade à análise dos pedidos e dar mais transparência ao processo: "A minha avaliação é uma mudança significativa. O procedimento de registro sindical passa a ser extremamente transparente, o que deve servir não só para cobrir malversações nestas áreas, que é importante, mas também com o objetivo primário de melhor atender o cidadão".

Com as alterações no procedimento, que passa a ser exclusivamente eletrônico. A expectativa é de que, até 2020, o tempo entre a solicitação e a distribuição do processo seja reduzido de cerca de 900 dias para 10. Já a meta de prazo entre o início dos trâmites e a decisão final sobre a concessão do registro será de quatro anos para nove meses.

Segundo o coordenador-geral de Registro Sindical do ministério, Alexandre Rabelo Patry, até o momento, cerca de 4 mil processos já foram digitalizados. O objetivo é que, até o final de 2020, todos os 25 mil processos que tramitam ao longo dos últimos 15 anos estejam digitalizados: "O mais importante do registro sindical é a prevenção das fraudes. Quando entra primeiro, é analisado primeiro. Com o petiçãoamento qualquer pessoa pode pedir, ele é público e não damos o acesso externo".

Competições do ministério

Ao ser questionado por jornalistas sobre uma possi-

vel retirada da competência de conceder o registro sindical do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o ministro disse que não pediu para sua pasta assumir algumas das funções do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre elas, o processo de registro sindical. "Esse é um assunto que está sendo debatido no Congresso e qualquer decisão tomada será respeitada. Sobre a competência do ministério, quem define é a lei, no caso a Medida Provisória [870/19] que altera a estrutura do governo", disse.

"Essa não foi uma área que houve qualquer pleito para que viesse para cá, mas havia uma avaliação, por conta de umas investigações no âmbito da Polícia Federal, de que era um setor bastante questionado por corrupção", acrescentou Moro.

Na semana passada, o relator da MP 870, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a prerrogativa do ministério de tocar o registro de entidades sindicais será revista. A compe-

tência passa por questionamento, juntamente com a permanência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O Coaf, que é especializado em identificar ocorrências suspeitas de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, era vinculado ao então Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), mas passou a ser subordinado Ministério da Justiça e Segurança Pública com a entrada em vigor da MP, que reduziu de 29 para 22 o número de ministérios. A MP 870 vence no próximo dia 3 de junho e poderá ser convertida em lei, pelo Congresso Nacional, até esta data.

Na segunda-feira (29), o porta-voz do Planalto, Olívio de Rego Barros, disse que o presidente Jair Bolsonaro se posicionou contra a retirada do órgão do ministério.

"O senhor presidente também pediu para confirmar que, do ponto de vista pessoal dele neste momento, o Coaf permanecesse sob a égide do Ministério da Justiça", disse Rego Barros. (Agência Brasil)

New Study Publicações Ltda. Edital de Convocação para Realização de Eleições... 19ª Vara Cível do Foro Central de Capital SP

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

17ª Vara Cível do Foro Central de Capital SP EDITAL DE CITACAO - PRAZO DE 2 DIAS. PROCESSO Nº 118897-5/2018.2.02.0004 (OIA) MIN. JUSTIÇA DO BRASIL

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

ISEC SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 9ª e 9ª Série de 2ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

Pilon Souza Alves Participações S/A Demonstação Financeira Consolidada (DFC) - 31/12/2018

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série de 2ª Emissão da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. (Emissão 1)





